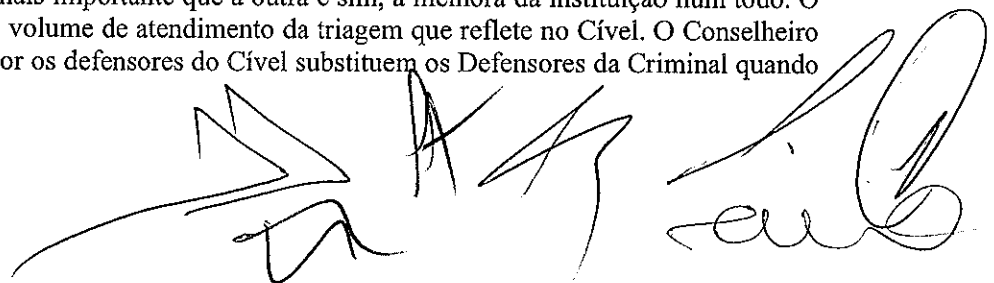
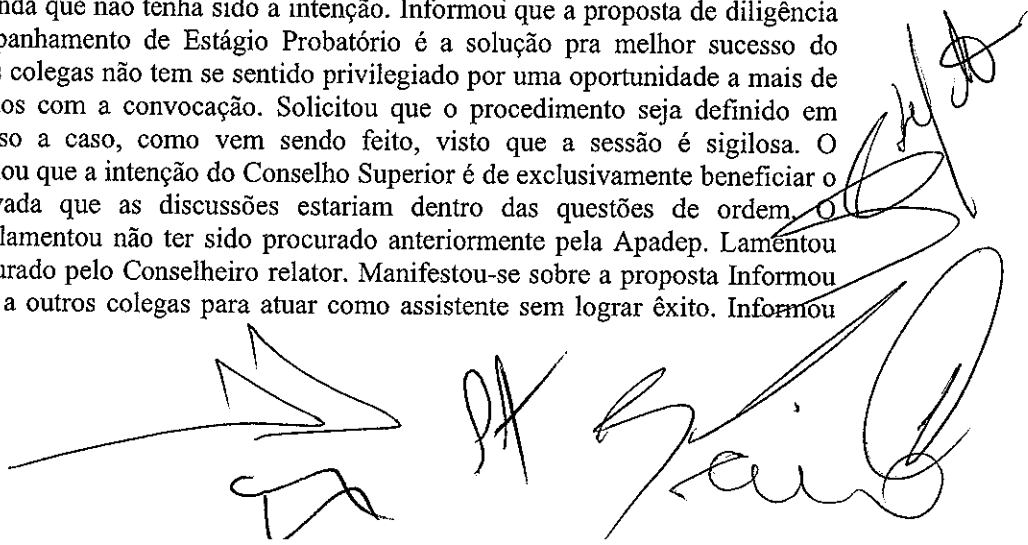


**ATA DA 146ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2008/2010**

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e nove, na sala de reuniões da Rua Boa Vista, nº 103, 7º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Pedro Antonio de Avellar, Julio Cesar Tanone, Daniela Sollberger Cembranelli, Elaine Moraes Ruas Souza, Tiago Fensterseifer, Mônica de Melo, Luciano Alencar Negrão Caserta, Carlos Weis, Fernando Roberto Faria, Denise Nakano Veronezi. Ausente justificadamente os Conselheiros Davi Eduardo Depiné Filho e Willian Fernandes. Deu-se início aos trabalhos às 09h30min horas. A Presidente informou que hoje é a abertura da II Conferência Estadual da Defensoria Pública. Informou que na próxima segunda-feira se realizará a reunião do Condege em São Paulo, oportunidade em que haverá eleição da nova presidência. Informou que na terça-feira se reunirá em São Paulo o Colégio de Corregedores-Gerais. Informou que o PL 25 foi aprovado em regime de urgência. Informou que o PL 11 está parado. Não havendo mais comunicações da Presidência e da Secretaria, passou-se ao momento aberto. A Presidente abriu a palavra aos inscritos. A Defensora Pública Amanda Polastro, Coordenadora da Regional Sul, demonstrou as atividades da Regional Sul e pleiteou dois novos cargos de Defensores Públicos. O Defensor Público Tiago Buosi, Coordenador-Auxiliar da mesma regional, destacou a importância deste pleito. O Defensor Público Glauber Callegari relatou aos Conselheiros a situação da Regional Criminal com o advento das alterações do Código de Processo Penal e pleiteou novos Defensores Públicos. Informou que os dados demonstrados são relativos a 2008. O Defensor Público João Henrique Imperia Martini ratificou o pleito do Coordenador-Auxiliar da Regional Criminal. A Defensora Pública Daniela Singer destacou que a situação atual da Barra Funda é insustentável e ratificou o pleito de novos Defensores Públicos com urgência. A Presidente da Apadep, Juliana Belloque manifestou-se sobre a situação da Regional Criminal na Barra Funda. Solicitou um cuidado maior da Administração Superior. A Presidente informou que a distribuição de cargos é uma prerrogativa da Defensora Pública-Geral, mas vai levar a discussão à carreira e trazer ao Conselho Superior. Manifestou-se sobre as diretrizes destes novos cargos. A presidente abriu a palavra aos Conselheiros para manifestarem-se sobre o pleito da Regional Criminal. A Conselheira Denise Nakano falou da importância da democratização da decisão do encaminhamento dos novos cargos. Demonstrou a dificuldade da regional. Informou que a alteração do rito impossibilita o mínimo que se espera da defesa do réu, prejudica a ampla defesa. O Conselheiro Carlos Weis agradeceu aos colegas por trazer os dados para o Conselho Superior. Destacou que o trabalho dos Defensores Públicos das Varas Singulares não fica só nas audiências, visto que há necessidade de visitas ao CDP. Lembrou os Conselheiros que a Vara de Execução Criminal tem uma situação tão grave quanto à das Varas Singulares. A Conselheira Daniela Sollberger justificou a ausência do Conselheiro Davi e manifestou-se favoravelmente ao pleito dos colegas da Criminal. O Conselheiro José Simão manifestou-se sobre os pleitos do Cível. Destacou que o trabalho do Cível não é menos importante do que o trabalho da Criminal. Posicionou-se favorável à colocação de mais um Defensor Público na Unidade da Freguesia do Ó. A Conselheira Mônica manifestou-se sobre a vinda dos colegas ao Conselho Superior para discutir a distribuição dos 100 novos cargos. Sugeriu que os colegas participem mesmo ativamente para que o trabalho seja feito da forma mais transparente possível. Destacou que os 100 cargos não são suficientes para suprir as necessidades. Relatou as dificuldades que teve quando estava lotada na Barra Funda durante a transição da nova lei. Informou que não é problema de excesso de trabalho, mas sim, a dificuldade na ampla defesa. Demonstrou a preocupação quanto aos critérios que serão utilizados para a distribuição, tendo em vista que não poderão agradar a todos. A Conselheira Daniela solicitou que a discussão não se resume em qual regional é mais importante que a outra e sim, a melhora da instituição num todo. O Conselheiro Tiago relatou o volume de atendimento da triagem que reflete no Cível. O Conselheiro Júlio informou que no interior os defensores do Cível substituem os Defensores da Criminal quando

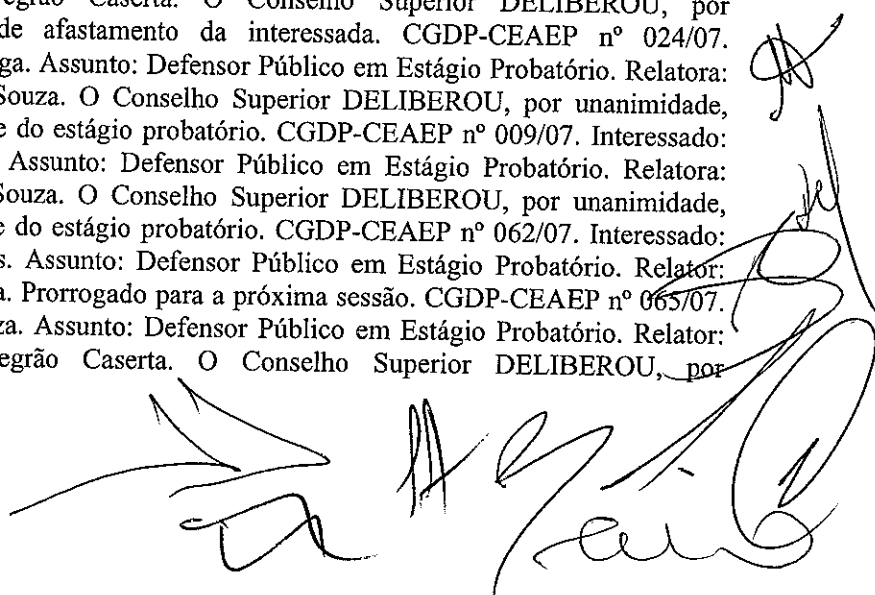


necessário. A Presidente franqueou a palavra aos presentes. O Defensor Público João Henrique destacou que não há discussão de importância entre as áreas. Informou que a Defensoria Pública precisa se adaptar ao novo procedimento para garantir o direito constitucional da ampla defesa. A presidente informou que não existe a idéia de economia de dinheiro do FAJ a custas do trabalho dos Defensores Públicos. Informou que uma das diretrizes é o reforço dos núcleos e das unidades, mas que a economia do FAJ também é importante. A Defensora Pública Gislaine destacou a importância de que os dados da Corregedoria sejam fidedignos para ser utilizado como base no momento da distribuição dos cargos. Relatou a situação da Unidade de Santana. A Presidente registrou a presença do Defensor Público-Geral do Pará, Dr. Antonio. Dra. Juliana Belloque informou que foi decisão favorável a um projeto de lei para colocar como título de cartório a separação judicial de casais sem filhos menores feita na Defensoria Pública. Informou que este procedimento será bom para agilidade dos trabalhos. Encaminhou proposta de moção para o Deputado Rogério Lisboa. A Presidente registrou a instalação da porta de vidro na sala de reuniões. O Conselheiro Carlos Weis ratificou a importância dos dados encaminhados para a Corregedoria. Informou que a corregedoria esta em plenas condições de atuar em casos de representação de juiz. Informou que a sobre carga de trabalho dos colegas é um critério muito importante para a distribuição de cargos. Dra. Juliana Belloque registrou que a Apadep se posicionou favorável ao pleito da Barra Funda porque um Defensor Público não pode ser obrigado a assinar por um trabalho que não foi feito. O Defensor Público Fabiano Majorana registrou que o FAJ é de responsabilidade da Defensoria Pública, visto que há regras de direito financeiro que devem ser cumpridas. A Presidente agradeceu a presença de todos os colegas que trouxeram as informações. Passou a palavra ao Defensor Público Coordenador-Auxiliar da Administração, Dr. Fabiano Majorana, para apresentação do Projeto "Defensoria para Todos". Informou que o projeto surgiu das dificuldades dos servidores com algum tipo de deficiência. A Presidente agradeceu a apresentação e informou que se iniciou com um problema que o Conselheiro Pedro. O Conselheiro Pedro relatou a situação do servidor deficiente da Regional de Araçatuba. A Conselheira Elaine parabenizou o colega pelo empenho na solução desta questão. A presidente solicitou ao Dr. Fabiano que traga ao Conselho informações do andamento do projeto. Passou a palavra ao Defensor Público Rafael Ramia Muneratti que apresentou dados de 2009 do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores em Brasília. Informou que o STJ já esta entrando na era digital. A Presidente informou que a PLP 28 quase foi votada esta semana. Informou que um Deputado apresentaria uma Emenda caso os colegas não estivessem lá para defender. Destacou a importância dos colegas Defensores Públicos em Brasília. A Conselheira Daniela agradeceu o trabalho e a apresentação do colega Rafael Muneratti e agradeceu a administração por lotar mais um funcionário em Brasília. Não havendo mais inscritos, passou-se a manifestação dos Conselheiros. A Conselheira Elaine noticiou que foi notificada para a imediata saída da Defensoria Pública do Fórum de Bauru. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros, passou-se a ordem do dia. A presidente encaminhou inversão à ordem dos trabalhos. Aprovada da seguinte forma. CSDP nº 1037/09. Interessada: APADEP. Assunto: Convocação de Defensores Públicos em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. A Presidente franqueou a palavra para Dra. Juliana Belloque para sustentação oral. Informou que a Apadep tem consciência de que não é intenção do Conselho Superior constranger o Defensor Público convocado, mas que é este o efeito que surte. Solicitou sensibilidade do conselho para esta consequência, ainda que não tenha sido a intenção. Informou que a proposta de diligência pela Comissão de Acompanhamento de Estágio Probatório é a solução pra melhor sucesso do processo. Informou que os colegas não tem se sentido privilegiado por uma oportunidade a mais de defesa e sim, constrangidos com a convocação. Solicitou que o procedimento seja definido em debate público e não caso a caso, como vem sendo feito, visto que a sessão é sigilosa. O Conselheiro relator informou que a intenção do Conselho Superior é de exclusivamente beneficiar o Defensor Público. Aprovada que as discussões estariam dentro das questões de ordem. O Conselheiro Carlos Weis lamentou não ter sido procurado anteriormente pela Apadep. Lamentou também não ter sido procurado pelo Conselheiro relator. Manifestou-se sobre a proposta Informou que foram feitos convites a outros colegas para atuar como assistente sem lograr êxito. Informou

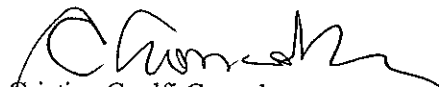


Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several initials on the left.


que só são chamados ao Conselho Superior casos excepcionais. Informou as dificuldades em se conseguir mais colegas para compor a comissão. Solicitou que os colegas não os sobrecarreguem. Informou que concorda que deve haver um cuidado maior com os colegas convocados e encaminhou proposta de convocação em sessão extraordinária. Informou que o colega só é convocado quando não respeitou outras solicitações durante a avaliação. O Conselheiro Luciano sugeriu que seja expedido memorando ao colega para esclarecimentos antes de uma convocação. Informou que não pode dar poder correccional para os membros da comissão. Encaminhou proposta de questão de ordem para estabelecer regra de pedir esclarecimento antes de convocar. A presidente encaminhou as propostas. O Conselheiro Carlos propôs que as convocações sejam feitas para sessões extraordinárias, publicado apenas o n. do processo. Aprovada por unanimidade. O Conselheiro Luciano propôs prévio pedido de esclarecimento por escrito. Aprovado por maioria de votos, vencido o Conselheiro relator. O Conselheiro Carlos Weis encaminhará a redação das questões de ordem aprovadas. O Conselheiro Carlos Weis propôs recomendação à Edepe para apresentar ao Conselho Superior proposta de Programa de tutoria. Aprovado, por unanimidade. O Conselheiro Pedro propôs que eventuais convites ou convocações já feitas, sejam julgados prejudicados. Aprovada, por unanimidade. Vista concedida ao Conselheiro Carlos Weis. CSDP nº 1041/09 (excetuou a pauta). Interessado: João Henrique Imperia. Assunto: Pedido de Afastamento Relator: Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, deferir o afastamento. CSDP nº 180/09. Interessado: Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos Assunto: Relatório de atividades do Núcleo Especializado. Relatora: Conselheira Elaine Moraes Ruas Souza. A conselheira relatora leu o voto. O Defensor coordenador Claudio Lucio prestou esclarecimentos das atividades do núcleo especializado. A presidente questionou o defensor por não ter a atividade na conferência nacional de direitos humanos e não foi juntado ao relatório. O defensor justificou que encaminhou a Edepe. A presidente sugeriu verificar e juntar aos relatórios. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar o relatório com observações constantes no voto. A Conselheira Daniela informou que sustentou a legitimidade de uma proposta apresentada pelo Claudio Lucio na câmara ambiental. O Defensor Claudio Lucio informou que a câmara ambiental reconheceu a legitimidade e concedeu uma liminar. CSDP nº 246/09. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. A Conselheira Elaine leu o voto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar o relatório. CSDP nº 244/09. Interessado: Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Ações para instrumentalização de princípio constitucional. Relator: Conselheiro Fernando Roberto Faria. Prorrogado para a próxima sessão. CSDP nº 296/09. Interessado: Corregedor – Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 26, de 21 de dezembro de 2006. Relatora: Conselheira Mônica de Melo. Prorrogado para a próxima sessão. CSDP nº 1035/09. Interessado: Corregedor Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação nº 50. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. Vista a Conselheira Elaine Moraes Ruas Souza. CSDP nº 245/09. Interessada: Maria Cecília Remoli de Souza Lopes. Assunto: Pedido de afastamento de suas atividades para participar da palestra "Direito à Saúde", no dia 27 de março de 2009. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, deferir o pedido de afastamento da interessada. CGDP-CEAEP nº 024/07. Interessada: Fernanda Salvador Veiga. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Elaine Moraes Ruas Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 009/07. Interessado: Felix Ricardo Nonato dos Santos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Elaine Moraes Ruas Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 062/07. Interessado: Eduardo Chow de Martinho Tostes. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Fernando Roberto Faria. Prorrogado para a próxima sessão. CGDP-CEAEP nº 065/07. Interessado: Jairo Salvador de Souza. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por

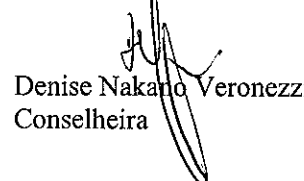



unanimidade, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 066/08. Interessado: Rafael Moraes Português de Souza. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Mônica de Melo. A conselheira leu o voto. Pediu para converter o processo em diligência para que o defensor seja oficiado a fim de prestar esclarecimentos por escrito da quantidade de peças apresentadas em um número maior que o relatório anterior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, converter o julgamento do processo em diligência. CGDP-CEAEP nº 087/07. Interessada: Tania Cristina Oliveira dos Santos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Mônica de Melo. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 192/07. Interessado: Alexandre Grabert. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 050/07. Interessado: Julio Cesar Tanone. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Impedido o conselheiro Julio Cesar Tanone. CGDP-CEAEP nº 132/07. Interessado: Fernando Rodolfo Mercedes Moris. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 072/07. Interessado: Eduardo João Ra. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 081/07. Interessada: Eloisa Maximiano Goto. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 005/07. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O conselheiro leu o voto, recomendou novo ofício de elogio para o referido. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 030/07. Interessado: Jose Luiz de Almeida Simão. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Impedido o Conselheiro José Luiz de Almeida Simão. CGDP-CEAEP nº 193/07. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Tiago Fensterseifer. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 048/07. Interessada: Phenelope Carvalho de Almeida. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Tiago Fensterseifer. Prorrogado para a próxima sessão. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Andrea Silva Britto, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de 2009.

  
Cristina Guelfi Gonçalves  
Presidente

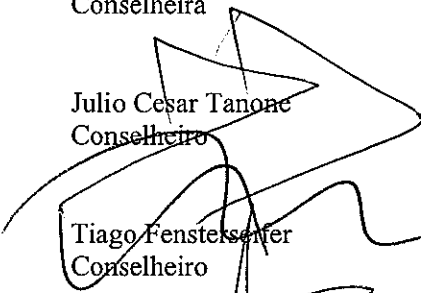
  
Daniela Sollberger Cembranelli  
Conselheira

  
Carlos Weis  
Conselheiro

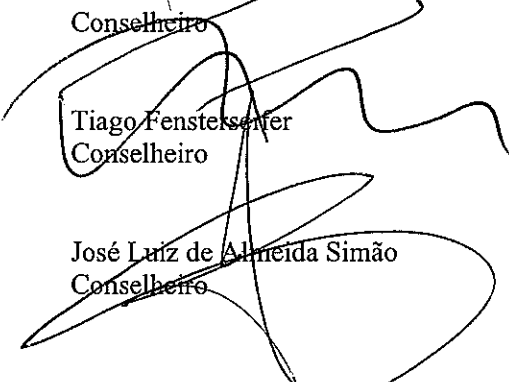
  
Denise Nakano Veronezzi  
Conselheira



Elaine Moraes Ruas Souza  
Conselheira



Julio Cesar Tanone  
Conselheiro



Tiago Fensterseifer  
Conselheiro

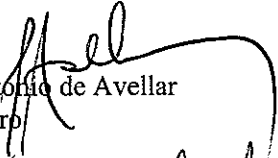


José Luiz de Almeida Simão  
Conselheiro



Fernando Roberto Faria  
Conselheiro

Luciano Alencar Negrão Caserta  
Conselheiro



Pedro Antonio de Avellar  
Conselheiro



Mônica de Melo  
Mônica de Melo  
Conselheira